

10/04/2012

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 110.845 GOIÁS

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
PACTE.(S)	: MARIA ELIETE RODRIGUES LIRA
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA

Habeas corpus. Penal. Crime de estelionato praticado em detrimento de entidade de direito público. Artigo 171, § 3º, do Código Penal. Saques irregulares de contas inativas vinculadas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Alegada incidência do postulado da insignificância penal. Inaplicabilidade. Acentuado grau de reprovabilidade da conduta. Expressividade financeira do valor auferido pela paciente com a prática do delito, que equivalia ao dobro do salário mínimo vigente à época dos fatos. Ordem denegada.

1. Na espécie, não há como considerar de reduzida expressividade financeira o montante de R\$ 398,38 (trezentos e noventa e oito reais e trinta e oito centavos) auferido pela paciente por meio de saques irregulares de contas inativas vinculadas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), levando-se em conta que o valor do salário mínimo vigente à época dos fatos não ultrapassava o valor de R\$ 151,00 (cento e cinquenta e um reais).

2. De outra parte, a conduta da paciente é dotada de acentuado grau de reprovabilidade, “na medida em que a fraude foi perpetrada contra programa social do governo que beneficia inúmeros trabalhadores”. Essa circunstância, aliada à expressividade financeira do valor auferido pela paciente à época dos fatos, inibe a aplicabilidade do postulado da insignificância ao caso concreto.

3. Ordem denegada.

ACÓRDÃO

HC 110.845 / GO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em denegar a ordem de **habeas corpus**, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 10 de abril de 2012.

MINISTRO DIAS TOFFOLI

Relator

10/04/2012

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 110.845 GOIÁS

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
PACTE.(S)	: MARIA ELIETE RODRIGUES LIRA
IMPTE.(S)	: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
COATOR(A/S)(ES)	: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado pela Defensoria Pública da União em favor de Maria Eliete Rodrigues Lira, buscando a aplicação do postulado da insignificância ao delito praticado pela paciente.

Aponta como autoridade coatora a Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que não conheceu do agravo regimental interposto no REsp nº 1.262.177/GO interposto àquela Corte, Relatora a Ministra **Laurita Vaz**.

A impetrante sustenta, em síntese, a aplicação do postulado da insignificância ao caso concreto. Aduz, para tanto, que

“o valor objeto deste julgamento – R\$ 398,38 (trezentos e noventa e oito reais e trinta e oito centavos) – é muito menor que um salário mínimo, enquadrando-se na aferição do relevo material da tipicidade penal, conforme delineado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em face: (a) da mínima ofensividade da conduta do agente; (b) da nenhuma periculosidade social da ação; (c) do reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento; e (d) da inexpressividade da lesão jurídica provocada” (fl. 7 da inicial).

Requer o deferimento da liminar para suspender os efeitos da condenação imposta à paciente e, no mérito, pede a concessão da ordem

HC 110.845 / GO

para “*considerar atípico o delito de que é acusada a ora paciente, em face da aplicação do princípio da insignificância*” (fl. 14 da inicial).

Indeferi a liminar requerida e, por estar a impetração devidamente instruída com as peças necessárias à perfeita compreensão da controvérsia, dei vista ao Ministério Público Federal, que, em manifestação da ilustre Subprocuradora-Geral da República Dra. **Cláudia Sampaio Marques**, opinou pela denegação da ordem.

É o relatório.

10/04/2012

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 110.845 GOIÁS

VOTO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Conforme relatado, volta-se esta impetração contra ato da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que não conheceu do agravo regimental interposto no REsp nº 1.262.177/GO interposto naquela Corte, Relatora a Ministra **Laurita Vaz**.

Narra a impetrante, na inicial, que:

“(…)

A paciente foi condenada à pena de 01 (um) ano, 06 (seis) meses e 20 (vinte) dias de reclusão, em regime aberto, pela prática delitiva inculpada no art. 171, § 3º, na forma do art. 71, todos do Código Penal (CP), sendo a pena privativa de liberdade substituída por restritivas de direitos.

Inconformada, a Defensoria Pública da União (DPU) valeu-se da interposição do recurso de apelação para o Respeitável Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF/1ª), que, por sua vez, deu apenas parcial provimento ao inconformismo defensivo para reduzir o valor da prestação pecuniária.

Em seguida, estribando-se no artigo 105, inciso III, a, da Constituição Federal (CF), a Defensoria Pública Federal interpôs recurso especial ao Egrégio Superior Tribunal de Justiça (STJ), enfatizando que o valor de R\$ 398,38 (trezentos e noventa e oito reais e trinta e oito centavos), proveniente de saques irregulares de contas inativas vinculadas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), deve ser catalogado como bagatela.

Em decisão monocrática, a Exma Ministra Relatora negou provimento ao inconformismo da Defesa Pública” (fl. 3 da inicial).

HC 110.845 / GO

Em síntese, são esses os fundamentos da decisão proferida por aquela Corte de Justiça:

“PENAL. CRIME DE ESTELIONATO. SAQUES INDEVIDOS DE CONTAS VINCULADAS AO FGTS. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL A QUE SE NEGA SEGUIMENTO”.

A defesa interpôs, então, agravo regimental, do qual não se conheceu, em julgado assim ementado:

“AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CRIME DE ESTELIONATO. SAQUES INDEVIDOS DE CONTAS VINCULADAS AO FGTS. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INCIDÊNCIA DO VERBETE SUMULAR N.º 182 DESTA CORTE.

1. O presente recurso deixou de refutar as razões consideradas na decisão ora impugnada, atraindo, analogicamente, o verbatim n.º 182 da Súmula deste Superior Tribunal de Justiça.

2. Agravo regimental não conhecido.”

Essa é a razão pela qual se insurge a impetrante neste **writ**.

Pelo que se tem nos julgados proferidos pelo Superior Tribunal, não se vislumbra nenhuma ilegalidade flagrante, abuso de poder ou teratologia que justifique a concessão da ordem. Com efeito, os julgados proferidos por aquela Corte encontram-se suficientemente fundamentados, restando, assim, justificado o convencimento formado.

Ademais, não considero de reduzida expressividade financeira o montante de R\$ 398,38 (trezentos e noventa e oito reais e trinta e oito centavos) auferido pela paciente por meio de saques irregulares de contas inativas vinculadas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), levando-se em conta que o valor do salário mínimo vigente à época dos fatos não ultrapassava o valor de R\$ 151,00 (cento e cinquenta e um reais).

HC 110.845 / GO

De outra parte, conforme bem acentuou o Ministério Público Federal, *“a conduta tem acentuado grau de reprovabilidade, na medida em que a fraude foi perpetrada contra programa social do governo que beneficia inúmeros trabalhadores”*. Essa circunstância, aliada à expressividade financeira do valor auferido pela paciente à época dos fatos, inibe, a meu ver, a aplicabilidade do postulado da insignificância ao caso concreto.

Com essas breves considerações, denego a ordem.

É como voto.

10/04/2012

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 110.845 GOIÁS

NOTAS PARA O VOTO

A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - CANCELADO.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (PRESIDENTE E RELATOR):

A pena de um ano e seis meses foi substituída por restritiva de direitos.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

HABEAS CORPUS 110.845

PROCED. : GOIÁS

RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI

PACTE.(S) : MARIA ELIETE RODRIGUES LIRA

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S) (ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma denegou a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator. Unânime. Ausente, justificadamente, a Senhora Ministra Cármen Lúcia. Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. 1ª Turma, 10.4.2012.

Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux e Rosa Weber. Ausente, justificadamente, a Senhora Ministra Cármen Lúcia.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Edson Oliveira de Almeida.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Coordenadora